



Precarização do trabalho docente: considerações sobre a Educação Especial

Precarization of teaching work: considerations on Special Education

Precarización del trabajo docente: consideraciones sobre la Educación Especial

Sharmilla Tassiana de Souza¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²
Etienne Henrique Brasão Martins³

1

Resumo: O presente estudo objetivou discutir a precarização do trabalho docente na área da Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e do tipo descritiva. Os resultados revelam que o debate a respeito da precarização do trabalho docente tem sido objeto de ampla discussão na sociedade e nos espaços educacionais, visto que as políticas neoliberais estão em ascensão. Essas políticas fazem o movimento de retirada das responsabilidades do poder público ou a sua diminuição, cabendo à sociedade civil a incumbência de gerenciar o direito à Educação Especial. Concluímos que o trabalho do docente, no campo da Educação Especial, tem ser tornado cada vez mais precário e desvalorizado, pois com a lógica empresarial, exige-se que este profissional assuma inúmeras funções, sem ter uma formação inicial e continuada adequada e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação docente. Trabalho. Precarização. Políticas neoliberais.

Abstract: The present study aimed to discuss the precariousness of teaching work in the area of Special Education. This is a bibliographical research, qualitative and descriptive in nature. The results reveal that the debate regarding the precariousness of teaching work has been the subject of wide discussion in society and in educational spaces, given that neoliberal policies are on the rise. These policies move towards removing the responsibilities of public authorities or reducing them, leaving civil society with the responsibility of managing the right to Special Education. We conclude that the work of teachers, in the field of Special Education, has become increasingly precarious and devalued, as with business logic, this professional is required to take on numerous functions, without having adequate and quality initial and continuing training.

Keywords: Special education. Teacher training. Work. Precariousness. Neoliberal policies.

Resumen: El presente estudio tuvo como objetivo discutir la precariedad del trabajo docente en el área de Educación Especial. Se trata de una investigación bibliográfica, de carácter cualitativo y descriptivo. Los resultados revelan que el debate sobre la precariedad del trabajo docente ha sido objeto de amplia discusión en la sociedad y en los espacios educativos, dado que las políticas neoliberales van en aumento. Estas políticas apuntan a eliminar o reducir las responsabilidades de las autoridades públicas, dejando a la sociedad civil la responsabilidad de gestionar el derecho a la Educación Especial. Concluimos que la labor del docente, en el ámbito de la Educación Especial, se ha vuelto cada vez más precaria y devaluada, ya que con la lógica empresarial, este profesional se ve obligado a asumir numerosas funciones, sin contar con una formación inicial y continua adecuada y de calidad.

Palabras-clave: Educación especial. Formación de profesores. Trabajar. Precariedad. Políticas neoliberales.

Submetido 15/06/2024

Aceito 29/09/2024

Publicado 10/10/2024

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. <https://orcid.org/0000-0002-9832-4745>. E-mail: sharmilla.tsouza@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Maringá. <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>. E-mail: solangefry@gmail.com

³ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. <https://orcid.org/0000-0001-9233-2966>. E-mail: ettibrasao@gmail.com

Introdução

O desmonte dos direitos trabalhistas ocorreu ao longo dos séculos XIX e XX, ampliando o processo de precarização do trabalho, ocasionado pela reestruturação produtiva (Piovezan; Dal Ri, 2016). Tal processo tem sido apoiado pela acumulação flexível de produção que, por sua vez, resultou na flexibilização da legislação trabalhista, precarização das rotinas de trabalho e novas formas de gestão das organizações que culminaram em consequências para a subjetividade dos trabalhadores, intensificando o volume de trabalho (Cancian *et al.*, 2022).

No Brasil, essa tendência crescente à precarização do trabalho, ocorreu principalmente a partir da década de 1990. Corroborando com isso, têm-se a ascensão das políticas neoliberais, tanto em espaços do governo, quanto em grandes corporações, que determinam que é necessária a diminuição dos gastos do Estado (Souza *et al.*, 2023).

Com a globalização e as reformas neoliberais, o Brasil passou por significativas mudanças no campo do trabalho. As reformas trouxeram políticas que reduziram as fronteiras entre o setor público e o privado, resultando em: privatizações, a reestruturação industrial, as terceirizações, o desemprego, a superexploração, o aumento do emprego informal e a fragilização do poder sindical (Santos, 2012).

A precarização do trabalho interferiu diretamente nos direitos sociais, que passaram a ser controlados e geridos dentro da lógica do mercado, ou seja, a empresarial, com objetivos a serem alcançados, redução de custos e aumento da produtividade (Silva; Guillo, 2015). Em uma sociedade conduzida pelo neoliberalismo “as relações que se estabelecem em seu interior são determinadas pela produção de bens e mercadorias, com isso, as necessidades humanas ficam secundarizadas”, pois o que se preza é o lucro do capital (Amorim; Malanchen, 2021, p. 2).

Nesse contexto, o Estado, para Moreira (2015, p. 59), é caracterizado como “[...] um promotor dos serviços sociais para manter o controle social direto com a participação da sociedade, ou seja, estimulando outros setores através da ‘publicização’ – a descentralização para o setor público não estatal”.

A terceirização se dá na aplicação de serviços que não contemplam o exercício do poder do Estado, porém precisam do financiamento do Estado, como, por exemplo, o serviço educacional.

No que concerne à educação, Bosi (2007) explica que um dos fatores que contribuiu para a precarização do trabalho docente foi a expansão do ensino privado. Essa política foi apresentada para toda a América Latina pela atuação do Banco Mundial ao longo da década de 1990. Desde então, a educação passa a ser entendida como “Setor de Serviços Não Exclusivos do Estado”, passou a orientar a ação do Estado em relação à Educação Pública.

Antunes (2020) apresenta que a escola é um espaço estratégico para manter a burguesia. Essa conjuntura resulta em uma diminuição dos salários, crescente demanda das funções dos professores, maior carga horária de trabalho, precarização dos contratos de trabalho e ausência de investimento na formação inicial e continuada.

Corroborando, Silva e Guillo (2015, p. 4) esclarecem que:

O processo de precarização do trabalho docente pode ser observado no interior das políticas educacionais implantadas nas últimas décadas, orientada por mudanças curriculares, de formação e atuação do professor. Uma das características dessas políticas é a mudança de perfil do trabalho do professor da Educação Básica ao ter que assumir inúmeras funções no campo educacional.

Desta forma, a busca pela eficiência presente nas empresas, tende a diminuir a importância do docente, entendido apenas como uma “peça” de alto custo para a manutenção de um sistema que precisa produzir cada vez mais com pouco investimento (Antunes, 2020).

Ademais, como resultado das reformas neoliberais e da mercantilização da educação no Brasil, mudanças significativas ocorreram na rotina dos docentes de todos os níveis de ensino, e conseqüentemente, na percepção e nas expectativas referente ao trabalho nas instituições educacionais.

Os docentes foram submetidos a pressões crescentes pela busca de resultados e elevada dedicação, o que resultou na intensificação da carga horária e na cobrança por um perfil empreendedor. Desse modo, passaram a ser vistos como aqueles que têm a responsabilidade de atrair financiamento e desenvolver projetos que trouxessem recursos para as instituições de ensino (Morais, 2023).

Em decorrência do aumento da força de trabalho docente aconteceu uma flexibilização dos contratos trabalhistas. Assim, impõem-se aos docentes da educação básica⁴ atividades para além de sua formação, como forma de responder às exigências do mercado e do neoliberalismo (Bosi, 2007; Ribeiro, 2020). Para exemplificar essa afirmação, Piovezan e Dar Ri (2019) expõem que os professores vêm desempenhando diversas funções⁵ no ambiente escolar, a fim de responder às exigências da sociedade capitalista. Essas atividades estão desvinculadas do trabalho que deve ser desenvolvido pelos professores nos espaços educacionais, visto que não possuem relação com os conhecimentos adquiridos no decorrer de sua formação.

Venco (2019) afirma que no contexto neoliberal surgem também novas formas de contratação, que aliadas à introdução do progresso técnico visam aumentar a produtividade e demanda relativamente menor força de trabalho, gerando pressão crescente sobre a classe trabalhadora. Corroborando, Brito (2019) ressalta que os processos contemporâneos, as mudanças no setor produtivo e as políticas neoliberais aumentaram a exploração da força de trabalho. A flexibilização das leis trabalhistas contribuiu para a precarização do trabalho, sendo esta realidade presente em grande parcela das empresas, indústrias e instituições de ensino.

Para o Bosi (2007), essa nova forma de exploração tem se refletido no cotidiano dos docentes, não apenas com a adoção do modelo pautado na produtividade, mas também como a necessidade de se estabelecer as condições para a realização dessa produção, dado que, os recursos (computadores e equipamentos tecnológicos) e as formações continuadas são direcionados e disponibilizados para as áreas que conseguem transformar a ciência e a tecnologia em capital.

Em se tratando da Educação Especial, a situação não é diferente, uma vez que há diversos desafios nessa área em nosso país, dentre as quais a ausência de formação inicial e continuada de qualidade, falta de espaços adequados para o atendimento do público em questão

⁴ Em relação ao dos docentes do ensino superior, as exigências recaem sobre a produção de artigos, livros, dentre outras atividades que tomam muito tempo de sua vida. Assim, tanto na rede privada quanto na pública prevalece uma atmosfera altamente competitiva que contribui a promoção de práticas e valores individualistas, nos quais a distinção entre ser produtivo e improdutivo é enfatizada. Nesse sentido, as condições de trabalho impactam diretamente na qualidade de vida e na saúde física e psicológica dos professores (Yaegashi *et al*, 2024).

⁵ As funções desempenhadas pelos professores são: elaboração de formulários, controles de frequência, registros de aulas, avaliações, participação em projetos, organização de festas típicas e eventos organizados pela escola.

e de materiais pedagógicos que possam atender as peculiaridades dos estudantes (Souza *et al.*, 2023).

É pertinente evidenciar que os desafios supramencionados tendem a precarizar a formação do professor, ocasionando uma formação aligeirada e precária, assim como, o despreparo para o trabalho docente.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo discutir a precarização do trabalho docente na área da Educação Especial. Desse modo, a problemática a ser investigada se dá a partir da seguinte questão: de que forma está acontecendo a precarização do trabalho docente no âmbito da Educação Especial?

O presente estudo se justifica pelo fato de que são poucos os estudos sobre o tema e pela pertinência de se debater acerca da precarização do trabalho docente nos espaços educacionais, especialmente na esfera da Educação Especial em nosso país.

Para atender o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, desenvolvida a partir de material já produzido, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses, dissertações etc. (Gil, 2019). Nessa perspectiva, Mainardes (2018) explica que a pesquisa bibliográfica oportuniza rastrear, examinar, analisar, descrever e familiarizar-se com o conhecimento que está sendo desenvolvido sobre determinado assunto, a fim de identificar possíveis lacunas que necessitam serem estudadas.

Desta feita, este artigo está organizado em duas seções. Na primeira, apresentamos um breve percurso histórico para contextualizar a precarização do trabalho no capitalismo e suas interlocuções com a prática docente. Na segunda, discorreremos sobre a relação do trabalho docente na Educação Especial e sua relação com a precarização do trabalho. Nas considerações finais, assinalamos as implicações educacionais dessa pesquisa.

Precarização do trabalho: um breve percurso histórico

Abordar a precarização do trabalho docente envolve o trato com a realidade política e econômica que conduz as relações sociais da sociedade capitalista. Intensifica-se os processos caso direcione as análises ao campo da Educação Especial, pois esta já se insere em um longo percurso de desvalorização e lutas para a garantia de direitos fundamentais dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais (Martins, 2011).

Dessa maneira, retoma-se, brevemente, alguns conceitos do próprio movimento de transformação do trabalho, os quais, balizados na perspectiva materialista histórico-dialética, auxiliam a elucidar a essência do fenômeno estudado (Netto; Braz, 2012).

Ao retomar as produções de Marx e Engels (2007), Netto e Braz (2012) e Marx (2017), compreende-se o trabalho enquanto um processo social ambivalente para a humanidade. Isso porque,

6

[...] o trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social** (Netto; Braz, 2012, p. 46, grifos dos autores).

Dessa maneira, o trabalho transforma simultaneamente a natureza e o ser humano, gerando a humanização dele e, consecutivamente, a própria história, sociedade e os processos sociais de desigualdade. Ademais, o trabalho é uma atividade coletiva em essência, dada à inserção dos sujeitos em grupos para coletivizar conhecimentos, além de “[...] convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc” (Netto; Braz, 2012, p. 46).

O desenvolvimento cada vez maior da tecnologia engendrou diversas transformações no trabalho, uma vez que, em diferentes etapas, constitui maneiras distintas de apropriar-se da natureza e, paralelamente, da própria organização social do ser humano (Marx; Engels, 2007; Marx, 2017). A primeira fase do trabalho caracteriza-se como comunismo primitivo, em que o trabalho se concentra na criação de instrumentos para a caça, pesca e diferentes utensílios para a manutenção da vida em forma mais rudimentar (Engels, 2012).

Com o aprimoramento crescente da sociedade primitiva e surgimento da agricultura, o trabalho passa a adentrar uma etapa em que a escravização se torna centralidade no processo de produção da sociedade, destacando-se o formato grego (Engels, 2012). Diferente da etapa anterior, a terra passa a valorizar-se como o principal meio de criação de riqueza, além de demandar a estruturação de classe, a qual uma subjugava a outra (Engels, 2012).

Já na etapa seguinte, o trabalho passa a ser servil, mantendo a terra como essencial para gerar riqueza, mas constituindo diferente organização, pois deixa a escravização forçada para o modelo de servidão, demarcado pelo período medieval (Engels, 2012).

Com o processo de declínio da estrutura servil, houve o aprimoramento do artesanato ao ampliar-se para a manufatura, em que “a cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura” (Marx, 2007, p. 411), a partir da reunião de artesãos autônomos sob o controle de um mesmo patrão.

Conforme Marx (2007), a manufatura se apropria da força individual do trabalho em suas raízes, revolucionando o trabalho desde os fundamentos. Nesse sentido, a manufatura inaugura as mudanças que darão corpo à precarização do trabalho, pois a partir dela

[...] a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores (Marx, 2017, p. 434).

Essa mudança, descrita anteriormente, aprofunda e aprisiona cada vez mais o trabalhador à venda da sua força de trabalho, em que se fragmenta o processo de criação de mercadorias a partir de trabalhos parciais. Assim, o trabalhador torna-se um fragmento do seu próprio corpo ao ser dividido e transformado em um motor automático de um trabalho parcial, tornando-o propriedade do capital (Marx, 2017).

O resultado da divisão de trabalho decorrente da manufatura tornou-se uma oposição ao trabalhador e “[...] as potências intelectuais do processo material de produção” foram convertidas em “propriedade alheia e como poder que os domina” (Marx, 2017, p. 435), algo que se aprofunda nas organizações do trabalho posteriores.

A aceleração do processo de transformação social, da criação da máquina e da ascensão da maquinofatura no processo de produção, desencadeou os embates em decorrência do aumento do acirramento das desigualdades ao ponto de eclodir a revolução e a reorganização da sociedade em duas principais classes: burguesia e proletariado (Marx; Engels, 2007; Marx, 2017). Nessa etapa de desenvolvimento surge o Estado Moderno, instaurando consigo o capitalismo como sistema organizacional e de coesão social, em que o trabalho torna-se a venda

da força vital em troca de um salário, no qual os espaços e instrumentos de trabalho não pertencem mais aos trabalhadores, mas ao burguês, sendo ele o detentor dos meios de produção consequentemente (Marx, 2017).

O processo histórico descrito é relevante para elucidar o significado da precarização do trabalho, uma vez que esta pode ser entendida como um fenômeno decorrente do processo de exploração do proletariado para atender o princípio fundante do capitalismo, a acumulação irrestrita de capital (Marx, 2017). Apesar do capitalismo permanecer como estrutura da sociedade, o trabalho não permaneceu inerte, pois ele acompanhou o desenvolvimento da tecnologia e adequou-se conforme as necessidades da classe dominante (Behring; Boschetti, 2017).

O século XX foi marcado por diversas transformações do trabalho, as quais impactaram diretamente a sociedade por encontrarem-se no bojo das tentativas de aprimorar as formas de exploração do trabalho e criação de mais-valia⁶ (Antunes; Pinto, 2017).

No início do século XX ainda, desenvolveu-se o sistema taylorista-fordista, o qual resultou na reorganização do trabalho a partir de teorias administrativas, instaurando a homogeneização da força de trabalho aliada à “[...] simplificação, padronização e definição do ritmo das atividades a serem realizadas” (Alaniz; Sábia, 2017, p. 127). Ademais, criou-se o processo em esteira que ampliou a fragmentação do trabalho, pois cada proletário seria responsável por apenas uma parte de toda a estrutura de produção ao introduzir a linha de série (Antunes; Pinto, 2017).

Antunes e Pinto (2017, p. 55) pontuam que o sistema de produção taylorista-fordista surge “como uma solução do capital que trouxe consigo novas formas de exploração da força de trabalho na indústria”, intensificando, assim, a precarização do trabalho iniciada no período da manufatura. Tal processo refletiu-se na educação, como apontado por Antunes e Pinto (2017), requisitou da instituição escolar a readaptação dos currículos para direcionar a formação às necessidades do mercado, possibilitando a especialização e aprofundamento da fragmentação do trabalho.

⁶ Marx (2017) define a mais-valia como representação do valor excedente adquirido pelo capitalista após a venda de mercadoria e o gasto de capital para o pagamento de trabalho do proletariado.

Posteriormente, no final do século XX, novas circunstâncias surgem póstumas às duas guerras mundiais, oriundas das crises estruturais do capitalismo, alavancando um novo modelo de produção que visava atender as novas necessidades. Tem-se, desse modo, a implementação do modelo toyotista, o qual “tem como princípio o *just in time*, metodologia que busca reduzir continuamente todo ‘estoque’ de tempo e de efetivos” (Antunes; Pinto, 2017, p. 64), tomando como base um processo de trabalho flexível com o trabalhador operando diversas máquinas ao mesmo tempo.

As implicações desse modelo produtivo na educação acabaram por centrar-se na flexibilização dos processos formativos, abandonando a ideia de especialização e fragmentação e passou a valer-se do profissional polivalente. Essa polivalência foi marcada pela acumulação de diferentes responsabilidades no mesmo trabalhador, o que amplificou, no âmbito da educação, a precarização da formação por superficializar os conhecimentos para ampliar a abrangência de funções e adaptabilidade para as intempéries da mudança (Antunes; Pinto, 2017).

Nesse contexto de reestruturação produtiva, gerou-se novos ideais para a condução das relações sociais, estes sintetizados no chamado neoliberalismo. A partir dele, é modificada a estrutura do capitalismo de maneira a impactar diretamente o trabalho, precarizando-o, e impactando diretamente na educação, pois conduziu diversas adequações da práxis social em virtude do capital, ao buscar vias de aprofundar a exploração do trabalhador, acumulando mais-valia no processo (Antunes, 2020).

Implicações da precarização do trabalho docente na Educação Especial

Para consolidar as análises referentes ao objeto proposto, necessita-se entender de que forma a precarização do trabalho docente impacta na Educação Especial.

De maneira geral, o Estado Brasileiro no final dos anos de 1980 começou a aderir ao conceito neoliberal, como forma de se adequar às mudanças decorrentes da globalização. Souza, Moreira e Volsi (2023, p. 43) explicam que essas mudanças eram caracterizadas pelas “privatizações, redução do orçamento das políticas sociais e fornecimento de concessões ao setor privado”. A área da educação, nesse período, foi influenciada por uma ideologia alinhada

com a desregulamentação, flexibilidade e privatização, resultando na redução dos direitos sociais orientados por uma perspectiva de compromisso social coletivo.

Para Peroni (2021), à medida que se intensificaram os movimentos para a retirada do Estado ou sua redução na implementação de políticas, formou-se um Estado Mínimo. Este Estado é descrito pela retirada das responsabilidades do poder público nos direitos fundamentais, cabendo à sociedade civil a incumbência de gerenciar o direito à Educação Especial.

Neste seguimento, França e Pietro (2018) ponderam que ao longo da história do financiamento da Educação Especial, as garantias de conservação e expansão dos recursos basearam-se em processos de negociação com movimentos sociais nacionais e internacionais, famílias, especialistas em educação e diversas políticas representativas, bem como o setor privado.

Na perspectiva de França e Pietro (2018, p. 283),

[...] ficou evidente a forte capacidade das entidades privadas de influenciar os parlamentares e a opinião pública na garantia da manutenção do financiamento das referidas instituições que atuam por meio de convênios com o Poder Público na provisão de serviços de educação especial.

Destarte, em vez de terem investimentos em instituições públicas para permitirem a oferta de serviços de formação para os professores e atendimentos aos estudantes da Educação Especial por parte do Estado, estimulou-se o processo de terceirização desse serviço para a esfera privada (Puella-Socarrás, 2021). Desse modo, têm-se “o deslocamento do direito universal para o retorno à filantropia e o repasse para o terceiro setor dos deveres do poder público” (Peroni, 2021, p. 23; Souza, *et al.*, 2023).

Considerando as questões ligadas à precarização do trabalho escolar, Antunes (2020) compreende que as condições de formação e trabalho dos professores, as condições materiais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a organização do ensino, tendem a tornar o processo educacional precário, dependendo assim, das políticas públicas para resolução dessas problemáticas.

Nesse sentido, Figueiredo e Silva (2022) defendem que trabalhar no âmbito escolar na perspectiva da inclusão dos sujeitos com deficiências exige do trabalhador uma ação que

ultrapassa a técnica; exige dele uma maior mobilização subjetiva a fim de aproximar o seu fazer daquilo que é prescrito pela legislação para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que envolve uma responsabilização individual e coletiva.

A atividade docente desempenhada na SRM [Sala de Recurso Multifuncional] ultrapassa o espaço arquitetônico, expande-se por ações mais complexas que demandam instigar a comunidade escolar a refletir sobre o outro, sobre políticas públicas e, especialmente, sobre a dialética existente entre a inclusão e a exclusão [...] perpassa, pois, pela forma como se organiza e se gere o trabalho (Figueiredo; Silva, 2022, p. 3).

11

À vista disso é preciso destacar as políticas voltadas à formação e ao trabalho docente na conjuntura do neoliberalismo. As formas de regulação da educação no Brasil vêm favorecendo a degradação do trabalho dos professores, pois envolvem “mudanças ocorridas na gestão dos sistemas de ensino e nas próprias instituições escolares, baseadas na responsabilização dos professores pelos resultados; nas avaliações sistêmicas” entre outros (Oliveira; Ribeiro, 2022, p. 37), contribuindo para dificultar o exercício da profissão em suas diversas áreas, incluindo a Educação Especial.

Os autores complementam ainda que, há uma nova maneira de exploração do trabalho docente, que é a incumbência de mais tarefas e responsabilidades aos profissionais, para as quais não foram preparados, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada, quando ofertada (Oliveira; Ribeiro, 2022).

Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021) problematizam que está acontecendo o fenômeno da uberização, que são as contratações dos professores de forma efetiva, temporária e substituta. Nesse fenômeno, ocorre a ausência de direitos trabalhistas, a remuneração baixa, a formação não necessariamente na área da Educação Especial e as avaliações constantes. Essa nova modalidade de trabalho tem se expandido pelo Brasil e, nas redes de ensino, contribuindo assim para a precarização do trabalho docente.

Deste modo, o processo de precarização do trabalho docente, especificamente na Educação Especial, se estende até os dias atuais. As ideias neoliberais buscam diminuir a importância do professor e de uma educação como um direito público e de qualidade.

No que se refere especificamente ao trabalho docente desempenhado pelos profissionais que atuam na Educação Especial, Figueiredo e Silva (2022) pontuam que se coloca sobre eles uma enorme responsabilidade (incluir e ensinar) para a qual não recebem formação adequada e nem apoio necessário dos gestores escolares.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), institucionalizou e legalizou a implantação das SRM nas escolas públicas de ensino regular a fim de concretizar a inclusão de crianças deficientes, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação (Nota Técnica n. 11, 2010).

Contudo, nas palavras das autoras,

[...] a atividade do AEE que nela é executada ultrapassa as prescrições impostas pela política apresentada. Sua prática é composta de variabilidades humanas e técnicas presentes nas escolas que muito requisitam a subjetividade humana. O AEE foi criado com o objetivo de desenvolver o aluno com deficiência em suas especificidades a partir de ações complementares ao ensino regular [...]. Segundo a prescrição de sua prática, tem a função de concretizar a inclusão apresentando um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente para garantir a eliminação das barreiras que obstruem o processo de escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação (Resolução n. 4, 2009). Para tal, muito se espera do docente na SRM a fim de colocar em prática suas diretrizes (Figueiredo; Silva, 2022, p. 4).

Portanto, os profissionais que atuam nas SRM, segundo as autoras, não conseguem dar conta do excesso e incumbências determinadas pelas políticas de inclusão e pelos gestores, o que pode contribuir para o sofrimento psíquico desses docentes. Nesse sentido, faz-se necessário que lhes sejam oportunizados espaços de discussão coletivos a fim de que saiam da invisibilidade e possam mostrar sua contribuição ao desenvolvimento do AEE.

Considerações finais

O objetivo do presente artigo, aqui retomado, foi discutir a precarização do trabalho docente na área da Educação Especial, em que valendo-se de uma pesquisa bibliográfica para identificar na literatura acadêmica as ponderações sobre a temática elencada.

Nesse sentido, observou-se, a partir de uma breve retomada histórica, que a precarização do trabalho não encontra-se alheia ao processo da humanidade de desenvolvimento. Muito pelo contrário, o trabalho é componente essencial da existência humana dada a mútua transformação: da natureza e do ser humano.

Conforme ocorreram as mudanças do trabalho, a sociedade se modificou acompanhando os meios de produção, o que gerou ao longo da história diferentes modos de apropriação da natureza, criação de riqueza e de organização do trabalho. O auge desse processo encontra-se no Estado Moderno, centrado na exploração da força de trabalho do proletariado em troca de um salário, com a instituição do capitalismo como organização societal.

Tal condição de transformação perpetuou-se no capitalismo, em que houve diferentes etapas que impactaram diretamente na efetivação do trabalho a partir de novos e distintos modos. Dessa maneira, compreendeu-se a contextualização da precarização do trabalho, identificando-se a maneira pela qual os acontecimentos históricos repercutiram na mutação do capitalismo até alcançar o estágio do neoliberalismo.

Durante esse processo, salientou-se a repercussão na educação, tanto do modelo taylorista-fordista de produção, quanto do toyotista, os quais geraram impactos diretos na realidade ao adequar a formação humana às necessidades do capital, em especial de acumulação de capital, até adentrar-se ao estágio neoliberal.

No neoliberalismo acirrou-se a precarização do trabalho, o qual repercutiu diretamente no trabalho docente, em virtude das modificações das políticas sociais e educacionais para atender os interesses do capital.

As mudanças trazidas com o neoliberalismo contribuíram para a mercantilização do ensino, uma vez que o sucesso e a eficiência passaram a ser medidos por critérios econômicos e do mercado. A intensificação do trabalho do trabalho docente, aliada à precarização das condições de trabalho, tornou-se uma realidade comum, afetando negativamente o trabalho desempenhado no ambiente escolar. Isso resultou em uma degradação do trabalho docente, especificamente na Educação Especial, pois os processos de formação inicial e continuada não acompanharam as mudanças e expansões das responsabilidades de docentes dentro do modelo de gestão preconizado.

Somando-se a isso, a precarização do trabalho docente tem influência direta na qualidade de vida e na saúde física e emocional dos professores, gerando desmotivação e dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Em síntese, a precarização do trabalho docente, no âmbito da Educação Especial, reflete o próprio processo do capital em expropriar cada vez mais o trabalhador da força vital empreendida ao realizar trabalho em prol de ampliar a acumulação de mais-valia. Nesse sentido, novos estudos devem ser realizados a fim que se desvende formas de enfrentamento às condições de opressão dos docentes.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de doutorado à primeira autora, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à pesquisa intitulada “Mal-estar docente na universidade: estudo sobre o sofrimento psíquico e as condições de trabalho de professores do ensino superior”, coordenada pela Profa. Dra. Solange Franci Raimundo Yaegashi [Processo: 311591/2023-0]. Desta pesquisa mais ampla resultou a elaboração de vários textos, dentre os quais este artigo.

Referências

ALANIZ, Erika Porceli; SÁBIA, Cláudia Pereira de Pádua. Teorias gerais da administração e sua repercussão na gestão da educação. In: NOMA, Amélia Kimiko; TOLEDO, César de Alencar Arnaut. (orgs). **Políticas públicas e educação na contemporaneidade**. Maringá: Eduem, 2017. p. 125-144.

AMORIM, Evelyn Vieira; MALANCHEN, Julia. A educação a distância e a precarização da formação do professor: um desafio a superar. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2021.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2017.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRITO, Thiago. Trabalho, docência e precarização: breves notas de um projeto de pesquisa. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.28, n.3, p.161-178, set./dez. 2019.

CANCIAN, Queli Ghilardi *et al.* Precarização e intensificação do trabalho docente. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, n.2, p. 148-164, 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FIGUEIREDO, Séfora Lima de; SILVA, Edil Ferreira da. Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, e230191, p. 1-14, 2022.

FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli. Financiamento da Educação Especial no Município de Vitória: Desafios à gestão. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 279-296, set./out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORAIS, Aurora Maria. Precarização da docência do ensino superior: flexibilização e intensificação do trabalho docente. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 28, n. 2, p. 204–225, 2023.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. Pressupostos históricos e políticos do financiamento da educação básica no Brasil. In: Jani Alves da Silva Moreira. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil**. Maringá, PR: EDUEM, 2015, p. 47-75.

MOURA, Livia Romero de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 67-85, set./dez. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. O capitalismo contemporâneo. In: José Paulo Netto. Marcelo Braz. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 211-241.

OLIVEIRA, Walas Leonardo de; RIBEIRO, Luís Antônio. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente na América Latina. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 29–47, 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privada: o papel da educação na construção de um projeto societário democrático. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de. **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, p. 19-35, 2021.

PIOVEZAN, Patrícia Regina.; DAL RI, Neusa Maria. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: vinte anos de reformas. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 178-197, 2016.

PIOVEZAN, Patrícia Regina; DAL RI, Neusa Maria. Flexibilização e intensificação do trabalho docente no Brasil e em Portugal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-21, 2019.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novoneoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XX. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, jan.abr., p. 35-65, 2021.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, p. 229-244, out./dez. 2012.

SILVA, Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO, Lídia Andreu. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do sudoeste goiano. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 11, n. 2, p. 1-17, 2015.

SOUZA, Sharmilla Tassiana de *et al.* Relação público-privado na Educação Especial: o terceiro setor no atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Global Dialogue**, Madri, v. 6, n. 2, p. 123-137, 2023.

SOUZA, Thaís Godoi de; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França Volsi. Relação público-privado nas políticas educacionais do Brasil: do Império ao século XXI. In: SOUZA, Thaís Godoi de; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França. **Políticas educacionais, gestão e financiamento da educação: trajetórias, pesquisas e estudos**. Curitiba: CRV, 2023. p. 37-54.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, p. 1-17, 2019.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella; GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça, CALEGARI-FALCO, Aparecida Meire. Docência ensino superior: reflexões acerca da precarização do trabalho docente. In: YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de; OLIVEIRA, Rogerio Massarotto de (Orgs.). **Profissão docente: políticas, formação e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. Cap. 1. p.23-33.